

**LÍNGUA PORTUGUESA**

## TEXTO

**A batalha do ‘chortinho’**

As mulheres têm dado importantes passos no sentido de ocupar espaços dentro da sociedade, mas esbarram em reações violentas

Um pequeno ato de contestação de alunas de um tradicional colégio católico de Porto Alegre (RS) acabou servindo como exemplo indiscutível de como a sociedade brasileira, conservadora e hipócrita, está se tornando selvagem fundamentalista. As alunas organizaram um abaixo-assinado contra a proibição do uso de chorte nas salas de aula — a escola não exige uniforme — e, embora tenham obtido algum apoio e bastante visibilidade, o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.

Os argumentos que buscam desqualificar a reivindicação legítima das alunas — que evocam a luta pela igualdade de gêneros, entre outras coisas — estão desde a tentativa de rotular uma das líderes do movimento como “comunista”, acusação da direita hidrófoba, até a afirmação de que o motivo da luta é fútil, acusação da esquerda hidrófoba, já que as estudantes pertencem à classe média alta. Mas a alegação mais recorrente, e mais patética, é a de que o uso de chorte pelas meninas atrapalha a concentração dos meninos.

O Brasil detém a quinta maior taxa de feminicídio do mundo — 4,8 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres, ou 13 mulheres mortas por dia. Metade dos crimes são cometidos dentro de casa, a imensa maioria praticados por parceiros ou ex-parceiros. Também assustador é o número de estupros. Oficialmente, em 2014 foram registrados quase 48.000 casos — um estupro a cada 11 minutos — mas, levando em conta que apenas 10% das vítimas prestam queixa, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública calcula que esse número possa chegar a quase meio milhão de ocorrências por ano. Além disso, 77% das mulheres afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual, segundo pesquisa do Disque 180.

A violência contra a mulher não distingue classe social — os homens, sejam ricos, sejam pobres, buscam exercer com igual intensidade o seu poder discriminatório. Essa mentalidade machista conforma-se desde cedo, alimentada pela sociedade em uma espécie de círculo vicioso: meninos e meninas são criados dentro de modelos pré-estabelecidos, as meninas para tornarem-se mulheres submissas, os meninos para constituírem-se em adultos predadores. Por isso, os números assustadores, e inaceitáveis, de feminicídio, estupro e assédio sexual ostentados pelo Brasil.

Assim como temos imensa dificuldade de diferenciar o que é Estado do que é Governo (porque este sempre se

apropria daquele), também não sabemos distinguir Ética de Moral. Por trás da insatisfação das meninas de Porto Alegre existe um discurso coerente e libertador. Não é o direito de usar chorte nas dependências do colégio que está em discussão — um valor moral —, mas a ideia de questionar o papel da mulher na sociedade — um valor ético. Ver no uso de chorte pelas meninas uma ameaça à estabilidade comportamental dos meninos seria um argumento risível, não fosse sórdido.

A mulher, assim como o homem, é um corpo no espaço. Quem nos ressignifica é o outro. Portanto, o que sexualiza o corpo feminino não é o tipo de roupa que o reveste, mas o olhar que o julga. Proibir o uso de chortes pelas meninas, alegando a preservação de valores ditados por uma sociedade machista, é admitir a total falência do sistema educacional, que deveria cultivar a ética antes que a moral — é aceitar que não ultrapassamos os limiares da animalidade, que somos instinto apenas, puro instinto. Ao fim e ao cabo, é como incriminar as mulheres pelo estupro, pelo assédio, pela violência doméstica.

Navegamos, atualmente, em águas bastante perigosas. Para além da crise político-institucional e da derrocada econômica, vivemos um momento de ofensiva fundamentalista. As mulheres têm dado importantes passos no sentido de ocupar espaços dentro da sociedade, mas exatamente devido ao sucesso da empreitada esbarram em reações violentas por parte daqueles que defendem os privilégios masculinos — e, infelizmente, neste caso, aos homens unem-se mulheres machistas, porque também as há. Basta ver que o aborto continua proibido e que mesmo encabeçando 40% dos domicílios, a força de trabalho feminina equivale a 75% dos salários pagos aos homens para as mesmas funções. O chorte das meninas de Porto Alegre é uma bandeira simbólica — ignorá-la é compactuar com a manutenção do obscurantismo, da hipocrisia, da mediocridade.

RUFFATO, Luiz. A batalha do chortinho. Disponível em:

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/02/opinion/1456933454\\_142603.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/02/opinion/1456933454_142603.html). Acessado em 30 mar. 2016.

**QUESTÃO 1**

O texto apresentado é do tipo dissertativo. Qual é o propósito comunicativo do texto?

- (A) Criticar o uso do “chortinho”, porque atrapalha a concentração dos meninos.
- (B) Esclarecer a razão das reações violentas dos homens.
- (C) Alertar para o fato de a mulher, não obstante ter atingido sucesso na sociedade, sofrer com o comportamento machista do homem.
- (D) Mostrar o percentual de mulheres que já sofreram assédio sexual, de acordo com o Disque 180.

### QUESTÃO 2

Em “A mulher, assim como o homem, é um corpo no espaço. Quem nos ressignifica é o outro.”, sobre o período destacado do 6º parágrafo do texto infere-se que:

- (A) quando o significado do acontecimento se modifica, os comportamentos das pessoas não mudam.
- (B) o filtro pelo qual vemos o significado dos acontecimentos que nos rodeiam podem nos tornar pessoas sem conceito.
- (C) quando mudamos o filtro por meio do qual vemos o significado dos acontecimentos que nos cercam, mudamos, conseqüentemente, o significado dos acontecimentos.
- (D) a roupa que reveste o corpo feminino pode alterar a forma de olhar do outro, uma vez que as respostas e os comportamentos das pessoas podem se modificar.

### QUESTÃO 3

Morfologicamente, o termo destacado é conjunção integrante e inicia oração subordinada em:

- (A) “que esse número possa chegar a quase meio milhão de ocorrências por ano.” (3º parágrafo)
- (B) “que buscam desqualificar a reivindicação legítima das alunas.” (2º parágrafo)
- (C) “que evocam a luta pela igualdade de gêneros, entre outras coisas.” (2º parágrafo)
- (D) “o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.” (1º parágrafo)

### QUESTÃO 4

Em “Um pequeno ato de contestação de alunas de um tradicional colégio católico de Porto Alegre (RS) acabou servindo como exemplo indiscutível de como a sociedade brasileira, conservadora e hipócrita...”, por haver alteração de sentido para o texto, a palavra destacada só NÃO poderia ser substituída por:

- (A) genuína
- (B) dissimulada
- (C) demagoga
- (D) fingida

### QUESTÃO 5

“77% das mulheres afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual”.

Indique a opção que apresenta sintaxe de concordância CORRETA quanto à expressão que indica porcentagem.

- (A) 77% afirma já ter sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (B) 77% afirma já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (C) 77% da mulherada afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (D) 77% afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.

### QUESTÃO 6

Em “O Brasil detém a quinta maior taxa de feminicídio do mundo.”, o verbo destacado está no singular concordando com o sujeito, se estivesse no plural seria:

- (A) deteem
- (B) detêm
- (C) detem
- (D) detêem

### QUESTÃO 7

Em “infelizmente, neste caso, aos homens unem-se mulheres machistas.”, o termo destacado deve ser sintaticamente classificado como:

- (A) objeto direto, pois completa o sentido de um verbo transitivo.
- (B) objeto indireto, porque completa o sentido de um verbo transitivo.
- (C) agente da passiva, já que completa o sentido de um verbo na voz passiva, indicando-lhe o ser que praticou a ação verbal.
- (D) sujeito, já que funciona como suporte de uma afirmação feita por meio do predicado.

### QUESTÃO 8

Em “Navegamos, atualmente, em águas bastante perigosas.”, é possível afirmar que:

- (A) “atualmente” é adjunto adverbial de tempo.
- (B) “bastante” é adjetivo, porque caracteriza “águas”.
- (C) “atualmente” é adjunto adverbial de modo.
- (D) O verbo indica uma ação concluída no pretérito.

### QUESTÃO 9

Em “também não sabemos distinguir Ética de Moral.”, o termo destacado do 5º parágrafo possui valor semântico de:

- (A) explicação
- (B) alternância
- (C) adição
- (D) concessão

### QUESTÃO 10

Sobre o emprego dos pronomes é CORRETO afirmar que:

- (A) Em “porque também as há.”, o pronome destacado do último parágrafo apresenta caso de ênclise e refere-se a mulheres machistas.
- (B) Em “ignorá-la é compactuar com a manutenção do obscurantismo, da hipocrisia, da mediocridade.”, o pronome destacado do último parágrafo do texto refere-se a “meninas de Porto Alegre”.
- (C) Em “o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.”, o pronome destacado deste fragmento do 1º parágrafo deve ser classificado morfologicamente como pronome relativo.
- (D) Em “mas o olhar que o julga.” (6º parágrafo), há caso de próclise com o pronome em destaque devido à presença do pronome relativo.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### QUESTÃO 11

Uma torneira com defeito enche um copo de 500 ml a cada 2 horas. A água que é desperdiçada por essa torneira, para encher um reservatório de 2,1 m de comprimento por 2,2 m de largura e 1m de altura, levaria aproximadamente:

- (A) 1 mês
- (B) 1 ano
- (C) 2 meses
- (D) 2 anos

### QUESTÃO 12

Numa escola, a quantidade de meninos é igual a quantidade de meninas. Um estudo mostrou que 7% dos meninos e 3% das meninas são portadores de necessidades especiais. Ao selecionar um aluno da escola, a probabilidade desse aluno ser uma menina com necessidades especiais é de:

- (A) 30%
- (B) 25%
- (C) 20%
- (D) 10%

### QUESTÃO 13

Uma pessoa vai a uma agência de automóveis para vender seu carro. A agência cobra 10% sobre o preço da venda do carro. Se a pessoa deseja receber R\$ 18.000,00, quanto ela deve pedir pelo carro?

- (A) R\$ 15.000,00
- (B) R\$ 18.000,00
- (C) R\$ 20.000,00
- (D) R\$ 22.000,00

### QUESTÃO 14

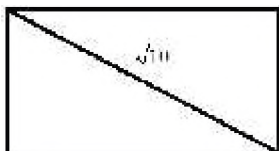
Numa fábrica de brinquedos, o preço de um determinado brinquedo diminuiu 10% e as vendas desse brinquedo aumentavam 20% num certo período. Nesse mesmo período, o faturamento da fábrica com esse brinquedo aumentou em quantos %?

- (A) 8%
- (B) 12%
- (C) 15%
- (D) 30%

### QUESTÃO 15

No sítio de João, na entrada, foi feita uma porteira de madeira na forma de um retângulo com uma tábua na diagonal da porteira, com  $\sqrt{10}$  m para reforçá-la, como mostra a figura abaixo. Se a área ocupada pela porteira na entrada do sítio é de  $1,5 \text{ m}^2$ , o comprimento da porteira é de:

- (A) 4 m
- (B) 3 m
- (C) 2 m
- (D) 1 m



### QUESTÃO 16

Júlio, dirigindo a 100 km/h calcula que, nessa velocidade, o combustível que ele tem ainda permite percorrer 80 km. Mas, nesse momento, marcando 18 h no seu relógio, ele vê uma placa que indica que o próximo posto se encontra a 100 km. Se Júlio diminuir um pouco a velocidade, o consumo diminui e ele consegue chegar ao posto. Dirigindo com a maior velocidade possível, a que horas ele chegará ao posto?

- (A) 19 h
- (B) 19h e 12 min
- (C) 19 h e 15 min
- (D) 19 h e 20 min

### QUESTÃO 17

Se  $N! = 11 \cdot 7^2 \cdot 17 \cdot 13 \cdot 5^3 \cdot 2^{16} \cdot 3^8$ , qual o valor de N?

- (A) 17
- (B) 18
- (C) 19
- (D) 20

### QUESTÃO 18

A produção diária de leite em uma fazenda, consegue encher completamente 3 latões cilíndricos. Se na fazenda usassem latões menores, com metade do diâmetro e metade da altura do latão grande, quantos latões menores seriam necessários para armazenar a mesma quantidade de leite?

- (A) 30
- (B) 24
- (C) 18
- (D) 12

### QUESTÃO 19

Márcia aplicou R\$ 200,00 a juros compostos de 10% ao ano, com capitalização anual. Após 48 meses, o montante dessa aplicação será igual a:

- (A) R\$ 348,36
- (B) R\$ 326,20
- (C) R\$ 292,82
- (D) R\$ 280

### QUESTÃO 20

Numa progressão geométrica de termos positivos, se o terceiro termo é igual à metade da razão, a soma dos três primeiros termos é igual a:

- (A)  $\frac{7}{4}$
- (B)  $\frac{3}{8}$
- (C)  $\frac{1}{8}$
- (D) 1

## LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO

### QUESTÃO 21

Consoante a Lei Orgânica do Município de Paracambi, acerca do processo legislativo, assinale a opção CORRETA:

- (A) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (B) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (C) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal.
- (D) A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pelo chefe do poder executivo municipal com respectivo número de ordem.

### QUESTÃO 22

Conforme a Lei Orgânica do Município de Paracambi, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará. O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de vinte dias úteis, contados da data do recebimento.
- II. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara. A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, importará em automática renúncia à sua função de dirigente do Legislativo, assumindo, imediatamente, o vice-presidente da câmara que deverá convocar eleições diretas a serem realizadas no prazo máximo de 60 dias.
- III. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante o Tribunal de justiça.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas duas são corretas.
- (B) Apenas uma é correta.
- (C) Todas são incorretas.
- (D) Todas são corretas.

### QUESTÃO 23

Acerca dos auxiliares diretos do prefeito, assinale a opção CORRETA de acordo com a Lei Orgânica do Município de Paracambi:

- (A) Os Secretários ou Diretores são subsidiariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.
- (B) São auxiliares diretos do Prefeito: os Secretários Municipais e os Diretores de Órgãos da Administração Pública Direta e têm como suas atribuições dentre outras previstas em lei: subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos; expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos; apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias ou órgãos e comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.
- (C) O Prefeito fará publicar anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos.
- (D) A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 20 dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

### QUESTÃO 24

Assinale a opção CORRETA de acordo com a Lei Orgânica do Município de Paracambi:

- (A) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante decreto do chefe do poder executivo municipal.
- (B) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum poderá ser outorgada para qualquer finalidade desde que atenda ao interesse público, mediante decreto do chefe do poder executivo municipal.
- (C) Permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito através de autorização legislativa da câmara de vereadores.
- (D) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

### QUESTÃO 25

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Paracambi (Lei Municipal 326/94), o prazo para a conclusão do processo disciplinar NÃO excederá:

- (A) 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, não sendo admitida prorrogação.
- (B) 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (C) 90 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (D) 120 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

## HISTÓRIA DE PARACAMBI

### QUESTÃO 26

Segundo Fernandes Keller, autor de *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*, a rede de serviços coletivos fornecidos aos trabalhadores se estruturava na capela, na escola, no armazém, no clube social, no campo de futebol. No entanto, o autor percebe nesse processo um paradoxo, ou seja, a contradição entre:

- (A) os benefícios sociais desfrutados pelos operários e a subordinação dos mesmos ao controle social exercido pelos dirigentes das fábricas.
- (B) a disponibilidade de uma variedade enorme de serviços e o uso quase insignificante dos mesmos pelas famílias operárias.
- (C) o controle privado dos setores de lazer e alimentação e o controle público da educação e da saúde dos trabalhadores.
- (D) a oferta destes serviços em favor das crianças e adolescentes, filhos dos operários, e a interdição do seu uso em prol dos adultos.

### QUESTÃO 27

Na década de 1910, desencadeou-se um conflito entre os protestantes da Igreja Congregacional e a Fábrica Brasil Industrial. A causa deste conflito foi:

- (A) a influência dos diretores congregacionais da Fábrica Maria Cândida sobre os operários da Fábrica Brasil Industrial.
- (B) a defesa, pelos congregacionais, da guarda do domingo, uma vez que não era concedido o descanso dominical para os operários.
- (C) a não aceitação, pelos operários protestantes congregacionais, de símbolos católicos no ambiente de trabalho das fábricas de tecidos.
- (D) a recusa dos congregacionais de participarem das missas e procissões organizadas pela Companhia Brasil Industrial.

### QUESTÃO 28

Depoimento de uma ex-operária da Companhia Brasil Industrial: “Ah, quando eu era pequena eu via a procissão, via aquela criançada toda com aquelas bandeirinhas, com aquelas faixinhas cantando, ah meu Deus, que vontade, mas era só a criançada do colégio só que saía na procissão, aí quando se deu a oportunidade eu já entrei na fábrica para poder estudar nesse colégio que pertencia à fábrica.”

Segundo Fernandes Keller, autor de *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*, o deslumbramento da ex-operária com as procissões de Nossa Senhora revelam:

- (A) a fé católica como o principal fator responsável pela oferta de mão de obra para as fábricas têxteis.
- (B) que as procissões tinham o único objetivo de atrair força de trabalho para as fábricas de tecelagem.
- (C) a expressiva relação entre religiosidade, escola operária e trabalho fabril.
- (D) que a Igreja Católica local evitava relações com a Companhia Brasil Industrial, vista como laica.

### QUESTÃO 29

“Porque na fábrica era assim: sabia as quatro operações, sabia escrever, sabia ler, fazia lá um ditadozinho. Pronto. Então passava a trabalhar diariamente. Antes era alternado como eu já falei. Eram duas turmas, depois daí passava diariamente” (Paulo Fernandes Keller: *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*).

A declaração acima, de uma ex-funcionária da Companhia Brasil Industrial, nos anos 30 do século XX, está associada à seguinte consideração:

- (A) os adolescentes matriculados na Escola de Aprendizes, portadores das melhores notas em cálculo elementar, eram convocados para trabalhar no setor contábil da Fábrica.
- (B) um mínimo de aprendizagem possibilitava a aprovação de menores operários na escola operária e a sua passagem para o trabalho fabril.
- (C) o trabalho diário era confiado apenas aos alunos da escola operária que apresentassem noções complexas de matemática e português.
- (D) a necessidade de calcular medidas para dividir os tecidos em retalhos exigia dos alunos da Escola de Aprendizes grande habilidade em matemática, ainda que não soubessem ler ou escrever.

### QUESTÃO 30

Depoimentos acerca do cotidiano nas vilas operárias revelam que homens sem camisa, ainda que dentro de suas casas, ou mulheres que tentavam entrar no local de trabalho com vestido decotado, com alça ou acima do joelho, eram advertidos por gerentes ou guardas das fábricas de tecidos. Esses fatos mostram:

- (A) o domínio do clero católico sobre as relações de trabalho nas fábricas.
- (B) a regulação do Estado sobre as liberdades individuais dos trabalhadores.
- (C) a imposição, pelos sindicatos, de duras regras de comportamento sobre os operários.
- (D) o controle patronal sobre a rotina familiar e comunitária dos operários.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 31

De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- (A) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (B) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (D) Os menores de 16 anos.

### QUESTÃO 32

Analise as afirmativas a seguir, de acordo com o texto do Código Civil:

- I. Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- II. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida e se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- III. A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

Assinale a opção CERTA:

- (A) Apenas uma está correta.
- (B) Apenas duas estão corretas.
- (C) Todas estão corretas.
- (D) Todas estão incorretas.

### QUESTÃO 33

Acerca das pessoas jurídicas, assinale a opção CORRETA:

- (A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (B) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (C) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso. Decai em dois anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
- (D) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

### QUESTÃO 34

De acordo com o Código Civil, acerca dos defeitos e invalidades do negócio jurídico, assinale a opção CORRETA:

- (A) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio. O erro é substancial quando: interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; e sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (B) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa. Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (C) É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- (D) É de três anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado no caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

**QUESTÃO 35**

De acordo com o Código Civil, sobre o tema prescrição e decadência, assinale a opção INCORRETA:

- (A) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; por protesto, nas condições do inciso antecedente; por protesto cambial; pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; e por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- (B) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados. A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros. A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.
- (C) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita, e o juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- (D) Prescreve em três anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.

**QUESTÃO 36**

De acordo com as normas do Código Civil, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- I. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
  - II. Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.
  - III. Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido. Se não for considerável, caberá somente direito a indenização.
- (A) Apenas uma afirmativa é verdadeira.
  - (B) Apenas duas afirmativas são verdadeiras.
  - (C) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
  - (D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

**QUESTÃO 37**

Sobre as obrigações no Código Civil, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Nas obrigações alternativas quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos; se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexequíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.
- (B) Nas obrigações solidárias o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.
- (C) Não tendo o devedor declarado em qual das dívidas líquidas e vencidas quer imputar o pagamento, se aceitar a quitação de uma delas, não terá direito a reclamar contra a imputação feita pelo credor, salvo provando haver ele cometido violência ou dolo.
- (D) Nas obrigações de não fazer, praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor pode exigir dele que o desfazer, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos. Em caso de urgência, poderá o credor desfazer ou mandar desfazer, sempre através de autorização judicial, respeitado o devido processo legal, sem prejuízo do ressarcimento devido.

**QUESTÃO 38**

De acordo com o Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.
- (B) Não se admite ação meramente declaratória caso tenha ocorrido a violação do direito.
- (C) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- (D) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

**QUESTÃO 39**

Acerca dos recursos, consoante o Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), assinale a opção INCORRETA:

- (A) Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.
- (B) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.
- (C) Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada deverá remeter os autos em 5 dias para decisão pelo colegiado.
- (D) A eficácia da decisão monocrática ou colegiada poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

**QUESTÃO 40**

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem dentre seus fundamentos, salvo:

- (A) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) A dignidade da pessoa humana.
- (C) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) O pluralismo político.

**QUESTÃO 41**

Compete aos Estados instituir impostos:

- (A) Sobre propriedade territorial rural.
- (B) Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (C) Sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direito.
- (D) Grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

**QUESTÃO 42**

De acordo com a Constituição da República de 1988, sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: partido político com representação no Congresso Nacional; e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (D) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**QUESTÃO 43**

Acerca da Organização do Estado previsto na Constituição da República, assinale a opção CORRETA:

- (A) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (B) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.
- (C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.
- (D) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei complementar.



**QUESTÃO 44**

De acordo com o Texto Constitucional, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- II. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
- III. Explorar, diretamente ou mediante concessão, a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas uma está correta.
- (B) Apenas duas estão corretas.
- (C) Nenhuma está correta.
- (D) Todas as opções estão corretas.

**QUESTÃO 45**

Sobre os direitos sociais, assinale a opção CORRETA:

- (A) É proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
- (B) É proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- (C) É proibido trabalho noturno e perigoso, sendo permitido o insalubre, a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- (D) É proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

**QUESTÃO 46**

Acerca da Administração Pública nos termos da Constituição da República, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- (B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (C) Autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: o prazo de duração do contrato; os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; e a remuneração do pessoal.
- (D) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, não sendo aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

**QUESTÃO 47**

Sobre licitação, nos termos da Lei 8666, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- (B) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (C) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (D) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

**QUESTÃO 48**

Sobre o sistema tributário nacional previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a opção CORRETA:

- (A) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e à Lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- (B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- (C) A União poderá instituir, mediante lei ordinária, empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (D) Pertencem exclusivamente aos Estados o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

**QUESTÃO 49**

De acordo com as normas da Constituição da República e da Lei 8666/93, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CERTA:

- I. Para habilitação no processo licitatório não é exigível dos interessados documentação relativa a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. A contratação direta não significa inobservância dos princípios básicos da administração pública.
- II. No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos. Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.
- III. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos de lei complementar, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

- (A) Apenas uma afirmativa está correta.
- (B) Apenas duas afirmativas estão corretas.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Nenhuma afirmativa está correta.

---

**QUESTÃO 50**

Com relação à dispensa e inexigibilidade de licitação assinala a opção INCORRETA:

- (A) É dispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (C) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (D) É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.